

CHADA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.
AV. DOM HÉLDER CÂMARA, N° 7.680 - ABOLIÇÃO
RIO DE JANEIRO - RJ
CNPJ: 02.478.800/0001-48 Fone: 21-3296-6800

CHADA
COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

ILMO SR. PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAQUAREMA

Prefeitura Municipal de Saquarema
Processo n.º 19.323/23
Data 18 / 10 / 23
Fls. 02 Rubrica U

Pregão Presencial para Registro de Preços nº 056/2023

Processo Administrativo nº 12.529/2023

CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.478.800/0001-48, representada por seu sócio com poderes de administração, **Caique Molina Soares**, brasileiro, empresário, portador do RG nº 27.138.557-7 DETRAN-RJ, CPF nº. 167.788.767-27, contrato social em anexo, com sede na Avenida Dom Helder Câmara, 7.680 – Abolição - Rio de Janeiro - RJ, CEP 20.751-014, vem, tempestivamente, perante V. Sa., apresentar

RECURSO ADMINISTRATIVO

com as inclusas razões, com fulcro no artigo 109, inciso I, da Lei nº 8.666/93 e art. 4º, XVIII da Lei Federal nº 10.520/02, requer o que segue:

1. DA TEMPESTIVIDADE

Cumprе esclarecer, inicialmente, que o recorrente manifestou sua intenção de recorrer ao final da sessão, no dia 11/10/2023, conforme se depreende da respectiva ata, cumprindo o que prevê o art. 4º, inc. XVIII da Lei nº 10.520/2002.

De acordo com os termos do dispositivo supracitado o prazo para apresentação das razões do recurso é de 03 (três) dias úteis, portanto, se finda em 18/10/2023.

1/21
Pag 01/12
G

CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AV.DOM HÉLDER CÂMARA, N° 7.680 – ABOLIÇÃO
RIO DE JANEIRO – RJ.
CNPJ: 02.478.800/0001-48 Fone: 21-3296-6800



2. DOS FATOS

Trata-se de Pregão Presencial para Registro de Preço cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE DISPOSITIVOS EDUCACIONAIS CHROMEBOOKS, CARRINHOS DE RECARGA E PAINEL INTERATIVO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO.

A sessão foi marcada e iniciada no dia 05 de outubro de 2023 e retomada no dia 11 de outubro de 2023. Sendo o recorrente nesta última sessão nomeado para participar da Comissão de Fiscalização de Assinatura de Documentos, a qual foi composta por 3(três) empresas licitantes.

Na sessão realizada no dia 11/10/2023 foram abertos os envelopes com as propostas, classificação para lances e, após a fase de negociação, foi declarada HABILITADA e VENCEDORA dos itens 01, 02 e 03 e 04, a empresa MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.

Na ocasião a recorrente e também outros licitantes manifestaram a intenção de recorrer, conforme se verifica na ata.

A recorrente interroga o descumprimento a Resolução n° 053 de 18 de janeiro de 2019 c/c Art. 30, I e II da Lei Federal n° 8.666/93, visto que a licitante declarada vencedora não comprovou registro da empresa no CRT – Conselho Federal dos Técnicos Industriais, bem como, não foi exigida a comprovação de registro dos atestados de capacidade técnica naquela entidade profissional.

Cumprе ressaltar que o CRT é o Órgão responsável pela regulamentação e fiscalização das prestações de serviços/manutenções de equipamentos de informática. Assim, qualquer empresa que exerça a atividade supracitada sem o prévio registro no CRT atua de maneira irregular, podendo ser penalizada em razão do exercício ilegal da profissão.

3. DO DIREITO

3.1. DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE

2/21
Arg 02/12
CS

CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AV.DOM HÉLDER CÂMARA, N° 7.680 – ABOLIÇÃO
RIO DE JANEIRO – RJ.
CNPJ: 02.478.800/0001-48 Fone: 21-3296-6800



Quanto a documentação referente a Qualificação Técnica, a Lei Federal nº 8.666/93, em seu art. 30, I e II, define:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:



I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pelo órgão licitante, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

(...) § 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes (...). (g.n.)

Em que pese o exposto, o edital de pregão presencial em análise, definiu na cláusula 10.1.6. apenas os seguintes documentos destinados a comprovação de capacidade técnica:

10.6.1. Documentação Técnica:

10.6.1.1 O (s) Atestado (s) de capacidade técnico-operacional deverão comprovar que a licitante administra ou administrou satisfatoriamente os serviços, compatíveis com o objeto licitado em quantidade equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do item, até a data da abertura da sessão pública da licitação, o atestado deverá ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a proponente executou de forma satisfatória os contratos assumidos, cujo objeto seja igual ou similar ao deste processo licitatório;

10.6.1.2 Para a comprovação da capacidade técnico-operacional da Licitante será aceito o somatório de atestados.

Como pode ser visto, a Lei Geral de licitações, que é aplicável à presente licitação, dispõe claramente que a comprovação de aptidão nos casos de licitações pertinentes a obras e serviços será feita **através do Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente**, bem como, através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes.

3/21
pag 03/12
05

CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AV.DOM HÉLDER CÂMARA, Nº 7.680 – ABOLIÇÃO
RIO DE JANEIRO – RJ.
CNPJ: 02.478.800/0001-48 Fone: 21-3296-6800



CHADA

COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Ora, o princípio do procedimento formal insculpido no art. 4º da lei em discussão, impõe a vinculação da licitação às prescrições legais da norma, de todos os seus atos. Partindo dessa premissa, não restam dúvidas que a exigência em comento deve prever a necessidade de apresentação de registro em entidade profissional competente.

Além disso, exigir os atestados de capacidade técnica sem o devido registro da empresa na entidade profissional competente implica em **manifesta violação ao texto legal** supratranscrito. Portanto, ao não exigir tais comprovação a Administração atenta diretamente ao previsto em Lei.

DE FATO, INOBTANTE A CLAREZA DOS COMANDOS LEGAIS, ESSA COMISSÃO DE PREGÃO, RESOLVEU RELEVÁ-LOS SEM PERCEBER QUE A MANUTENÇÃO DESSA DECISÃO, CAIRIA EM PROFUNDA CONTRADIÇÃO COM OS FINS LEGAIS, FERINDO DIRETAMENTE O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.

É nesta toada que passamos a evidenciar a flagrante violação ao princípio da legalidade e o flagrante desrespeito ao interesse público. Além disso, devemos esclarecer sobre a importância que o princípio da legalidade assume perante a Administração Pública e as consequências quando da habilitação de empresa que descumpra norma regulamentar contida na Lei nº. 8.666/93.

De fato, partindo para a especificidade do princípio em pauta, tem-se que a eficácia de toda atividade do agente público está condicionada ao atendimento da lei.

Hely Lopes Meirelles leciona que na Administração Pública não existe liberdade nem vontade pessoal, alertando que enquanto diferentemente da administração privada, onde é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, nela só é permitido fazer o que a lei autoriza, arrematando

4/21
2009/04/12
v

CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AV.DOM HÉLDER CÂMARA, N° 7.680 – ABOLIÇÃO
RIO DE JANEIRO – RJ.
CNPJ: 02.478.800/0001-48 Fone: 21-3296-6800



CHADA
COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

que, para o particular, a lei significa "pode fazer assim" enquanto para o agente público significa "deve fazer assim".

O renomado autor, ainda, dissecando o tema, complementa que, no desempenho dos encargos administrativos o agente do poder público não tem a liberdade de procurar outro objetivo, ou de dar fim diverso do prescrito em lei para a atividade.

Com definição igualmente incisiva, Celso Antônio Bandeira de Mello conceitua o princípio da legalidade como sendo “o fruto da submissão do Estado à lei. É em suma: a consagração da ideia de que a Administração Pública só pode ser exercida na conformidade da lei e que, de conseguinte, a atividade administrativa é atividade sublegal, infralegal, consistente na expedição de comandos complementares à lei.”.

A doutrina é unânime ao falar sobre a submissão tanto dos administrados quanto dos administradores à lei, cada qual atuando na medida de sua permissibilidade, estrita para os últimos e mais ampla para os primeiros.

Num primeiro momento, ao exigir requisitos de comprovação da capacidade técnica em desalinho com a Lei, a Comissão age com discricionariedade, violando, portanto, o comando da norma, o que atinge diretamente a validade dos atos praticados por esta.

Como dito anteriormente, o inconformismo dessa recorrente reside no fato dessa Comissão ter declarado HABILITADA e, posteriormente, VENCEDORA do certame, uma empresa sem que fosse exigida a comprovação do devido registro na entidade profissional competente, bem como, sem exigir que os atestados apresentados pelos licitantes estivessem registrados em entidade profissional competente, em completa afronta ao artigo 30, I, II e §1º da Lei nº 8.666/93.

5/21
Pag 05/12
5

CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AV.DOM HÉLDER CÂMARA, Nº 7.680 – ABOLIÇÃO
RIO DE JANEIRO – RJ.
CNPJ: 02.478.800/0001-48 Fone: 21-3296-6800



CHADA

COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Cumpre ainda ressaltar que, a mera ausência de previsão no instrumento convocatório quanto a necessidade de comprovação pela licitante do cumprimento dos requisitos previstos pela Lei Geral de Licitações não afasta a necessidade de fazê-los, assim, decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

RESP 138745/RS; RECURSO ESPECIAL (1997/0046039-8) DJ: DATA: 25/06/2001 PG:00150 Re.: Min. FRANCIULLI NETTO (1117) T2 - SEGUNDA TURMA EMENTA: RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. SERVIÇO DE CONSULTORIA. ARTIGOS 29 E 30, DA LEI 8.666/93. CERTIFICAÇÃO DOS ATESTADOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. PROVA DE REGULARIDADE FISCAL JUNTO À FAZENDA ESTADUAL.

A Lei de Licitações determina que deverá ser comprovada a aptidão para o desempenho das atividades objeto da licitação (artigo 30, inciso II), por meio de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelas entidades profissionais competentes (...)" (artigo 30, § 1º).

"Dispositivos do ordenamento jurídico, ainda que não previstos no edital – o edital não tem como reproduzir todas as normas positivas vigentes – devem ser observados pela Administração e pelo particular, os quais se aplicam à licitação indubitavelmente" (Luís Carlos Alcoforado, Licitação e Contrato Administrativo", 2ª edição, Brasília Jurídica, p. 45).

A Lei 8.666/93 exige prova de regularidade fiscal perante as todas as fazendas, Federal, Estadual e Municipal, independentemente da atividade do licitante.
Recurso especial provido.

Decisão por unanimidade. (grifamos)

A par do precedente acima, resta claro que, tanto os critérios para a exigência do registro da pessoa jurídica em entidade profissional, quanto a aferição da validade dos atestados apresentados pelos licitantes, decorrem de autorização da própria lei, onde se está levando em conta o vulto dos serviços a serem executados, buscando priorizar principalmente o interesse público, razão pela qual tais requisitos devem ser exigidos dos licitantes.

Ato contínuo, passamos a esclarecer sobre a entidade regulamentadora dos serviços em análise.

6/21

pag 06/12
9

CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AV.DOM HÉLDER CÂMARA, Nº 7.680 – ABOLIÇÃO
RIO DE JANEIRO – RJ.
CNPJ: 02.478.800/0001-48 Fone: 21-3296-6800



CHADA

COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

3.2. DA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE E A EXIGÊNCIA DE REGISTRO PRÉVIO DA PESSOA JURÍDICA

Criado pela Lei Federal nº 13.639/2018, o Conselho Federal de Técnicos Industriais - CFT é a entidade responsável pela regulamentação e fiscalização dos serviços objeto dessa licitação, uma vez que este prevê, além da locação dos itens de informática, o serviço de suporte e manutenção destes equipamentos.

A fim de disciplinar o exercício das atividades regulamentadas pelo CFT foi editada a Resolução nº 053 de 19 de janeiro de 2019, *“que dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas nos Conselhos Regionais de Técnicos Industriais”*, o qual prevê:

Art. 1º A pessoa jurídica que se constitua para prestar ou executar serviços e/ou obras ou que exerça qualquer atividade ligada ao exercício profissional dos Técnicos Industriais enquadra-se, para efeito de registro, em um dos seguintes tipos:

TIPO I - De prestação de serviços, execução de obras ou serviços ou desenvolvimento de atividades reservadas aos profissionais no âmbito dos técnicos industriais;

TIPO II - De produção técnica especializada industrial, cuja atividade básica ou preponderante necessite do conhecimento técnico inerente aos profissionais no âmbito dos técnicos industriais;

TIPO III - De qualquer outra atividade que mantenha seção, que preste ou execute para si ou para terceiros, serviços, obras ou desenvolva atividades ligadas às áreas dos técnicos industriais.

(...)

Art. 3º O registro de pessoa jurídica é ato obrigatório de inscrição no Conselho Regional de Técnicos Industriais do principal endereço comercial da empresa.

(...)

Art. 4º A pessoa jurídica enquadrada em qualquer um dos tipos descritos no art. 1º, só terá condições legais para o início da sua atividade técnico-profissional, após ter o seu registro efetivado no Conselho Regional de Técnicos Industriais.

Parágrafo único. A pessoa jurídica que não requerer o seu registro, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do arquivamento de seus atos constitutivos nos órgãos competentes, será notificada para que, em 30 (trinta) dias, promova a sua regularização perante o CRT, sob pena de autuação por exercício ilegal da profissão.

Art. 5º. A atividade da pessoa jurídica tem âmbito nacional conforme estabelecido na Lei nº 13.639, de 26 de março de 2018. (grifamos)

7/21
Pag 07/12
5

CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AV.DOM HÉLDER CÂMARA, Nº 7.680 – ABOLIÇÃO
RIO DE JANEIRO – RJ.
CNPJ: 02.478.800/0001-48 Fone: 21-3296-6800



CHADA
COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Considerando que, a empresa que este subscreve participa de certames licitatórios com objeto semelhante em todo o estado do Rio de Janeiro, a fim de esclarecer quaisquer dúvidas quanto a alcance do serviço de manutenção de equipamentos de informática pelo CRT-RJ e a necessidade de registro prévio da pessoa jurídica naquela entidade de classe, a recorrente efetuou consulta diretamente a mesma. Colacionamos a seguir, trechos da consulta supracitada (a íntegra segue em anexo):

“(…) objeto é serviço de locação de notebooks. O escopo contratual prevê: Suporte e manutenção inclusos nos contratos. Desta forma, entendemos que é cabível e indispensável a necessidade do Registro da empresa participante no CRT (no prazo disposto no Art. 4º - Parágrafo único, de 60 dias), sob pena de caracterização de exercício ilegal da profissão. Está correto nosso entendimento?
R: Sim.

O CRT é, atualmente, o órgão fiscalizador que regulamenta a prestação de serviços/manutenções em equipamentos de informática. Está correto nosso entendimento?
R: Sim, neste caso de informática e telecomunicações.”

(…)

objeto é serviço de locação de notebooks. O escopo contratual prevê: Suporte e manutenção inclusos nos contratos. Desta forma, entendemos que é cabível e indispensável a necessidade do Registro da empresa participante no CRT (no prazo disposto no Art. 4º - Parágrafo único - A pessoa jurídica que não requerer o seu registro, no prazo de 60 (sessenta dias), a contar do arquivamento de seus atos constitutivos nos órgãos competentes, será notificada para que, em 30 (trinta) dias, provoma a sua regularização perante ao CRT, sob pena de autuação por exercício ilegal da profissão. Desta forma, a empresa que não providenciou o registro no CRT no prazo de 60 dias após o arquivamento de seus atos constitutivos está inapta, ou seja, a empresa sequer pode participar de licitações cujo possuam como objeto social serviços/manutenções em equipamentos de informática e telecomunicações. Está correto nosso entendimento?

R: SIM, para prestação de serviços de cunho técnico profissional dentro das atribuições estipuladas em sua resolução específica, apoiada na Lei 13.639/2018 e decreto regulamentador a empresa deve ser registrada, estar em dia com suas obrigações (registro Ativo e anuidades pagas), ter Técnico Responsável e quadro Técnico devidamente registrado neste CRT-RJ, assim como, suas obrigações devem estar em dia (registro Ativo e anuidades pagas).”

Dessa forma, resta patente a obrigatoriedade de comprovação da licitante de prévio registro da pessoa jurídica no CRT, bem como, do registro dos atestados apresentados, o que reforçamos, não foi exigido aos licitantes.

8/21
Reg 08/12
0

CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AV. DOM HÉLDER CÂMARA, Nº 7.680 – ABOLIÇÃO
RIO DE JANEIRO – RJ.
CNPJ: 02.478.800/0001-48 Fone: 21-3296-6800



CHADA

COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

3.3. DA POSSÍVEL OFENSA A COMPETITIVIDADE DO CERTAME E EVENTUAL INEXIQUIBILIDADE DOS PREÇOS PRATICADOS

Inicialmente, houve uma grave quebra da competitividade quando habilitou-se a empresa Altarede e classificou uma empresa sem objeto social pertinente a contratação, promovendo a frustração do princípio da competitividade, onde outras empresas, capacitadas, não puderam ser habilitadas para a fase de lances.

Conforme narrado anteriormente, a conduta das licitantes V3 BRASIL LTDA e MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA durante o certame merece ser objeto de uma análise cuidadosa do Ilmo. Pregoeiro.

Primeiramente, em razão da discrepância dos valores apresentados nas propostas feitas ainda na fase interna de licitação, com os valores propostos para a participação de fato no certame. A diferença grotesca chama atenção para uma eventual tentativa de manipulação do resultado final, visto que, no momento em que optaram enviar suas propostas para cotação do valor estimado para o certame, as mesmas já sabiam que conseguiriam propor um preço muito inferior ao proposto naquele momento.

A conduta adotada pelas empresas supracitadas parece ter como finalidade a frustração dos princípios e dos objetivos da licitação, uma tentativa de induzir os demais licitantes ao “erro”, surpreendendo a todos com descontos altíssimos, senão vejamos:

O valor proposto pela empresa V3 BRASIL LTDA para composição da estimativa de preços foi de R\$63.53.525,40, enquanto o valor apresentado para participação no certame foi de R\$ 43.724.268,00.

O valor proposto pela empresa MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA para composição da estimativa de preços foi de R\$62.330.431,92, enquanto o valor apresentado para participação no certame foi de R\$ 43.514.028,00.

9/21
Pag 09/12
CS

CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AV.DOM HÉLDER CÂMARA, Nº 7.680 – ABOLIÇÃO
RIO DE JANEIRO – RJ.
CNPJ: 02.478.800/0001-48 Fone: 21-3296-6800



CHADA
COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Causa estranheza, empresas tão distantes, sediadas em Goiás, Roraima, ofertarem no Projeto Básico inicial, propostas com valores tão próximos, havendo diferenças entre alíquotas em seus estados e terminarem com preços tão próximos.

Após a fase de negociação, a empresa **MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA** foi declarada a Vencedora com o valor final de R\$ 43.229.420,00 (quarenta e três milhões, duzentos e vinte e nove mil e quatrocentos e vinte reais). Cumpre destacar que a diferença do valor inicialmente apresentado pela Administração e o valor final foi de R\$ 19.101.011,92 (dezenove milhões, cento e um mil, onze reais e noventa e dois centavos).

Importa ressaltar que na folha que na folha 28 do volume 1, subitem 4.2.3.3.1, a taxa de depreciação fiscal dos equipamentos de TI é de 20% a.a e os equipamentos ofertados na proposta inicial para a abertura do Processo eram novos, e hoje, poderão ser ofertados equipamentos em bom estado de uso. Sendo a empresa **MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA** vencedora e habilitada, a mesma já possui o parque licitado depreciado em mais de 80% (20% ao ano).

Lembrando que, de acordo com o art. 57 – Inciso IV da Lei 8.666/93, a locação de equipamentos de informática não poderá exceder o prazo de 04 (quatro) anos de utilização.

Cumpre esclarecer que, dentre os objetivos da licitação está a obtenção da proposta mais vantajosa, no caso das licitações na modalidade Pregão, proposta mais vantajosa é aquela que, atendidos os requisitos técnico-qualitativos da contratação, possua TAMBÉM o menor preço. Para se atingir esse objetivo, devem-se adotar mecanismos para se alcançar o menor preço, observados aqueles praticados pelo mercado e, ao mesmo tempo, garantir que o objeto da contratação contemple todos os requisitos necessários ao atendimento da necessidade que motivou a contratação. Ora, não restam dúvidas que, o preço muito baixo pode resultar em um contrato inexecutável, o que ocasionaria prejuízos muitos maiores à Administração Pública.

Assim como frustrados os princípios basilares da Licitação Pública, na fase interna justifica não observar os painéis de preço devido a especificação única. Portanto, não podendo

10/21
Pag 16/12
5

CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AV. DOM HÉLDER CÂMARA, Nº 7.680 – ABOLIÇÃO
RIO DE JANEIRO – RJ.
CNPJ: 02.478.800/0001-48 Fone: 21-3296-6800



CHADA

COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

fazer a licitação em Sistema de Registro de Preços pois trata-se de uma especificação cheia de complexidades e não pode ser classificada como bem comum, conforme consta inclusive discriminado no quadro comparativo do PA 12.529/2023

Expostos os pontos, este recorrente requer ao Ilmo. Pregoeiro que observe as questões levantadas e apure se os fatos narrados podem ocasionar grave prejuízo à Administração Pública, em razão da possível inexecutabilidade do valor do objeto ora licitado. Neste sentido, cabe ao Pregoeiro adotar todas as medidas cabíveis para manter a lisura do certame a fim de que o mesmo não seja objeto de questionamentos pelos órgãos de controle, o que não se observou na licitação em questão. Ademais, havendo qualquer tipo de irregularidade, ainda que notória, a Administração, deverá fazer o diligenciamento entre as propostas envolvidas, a fim de evitar qualquer tipo de prática de conluio ou direcionamento da contratação por parte das licitantes.

4. DOS PEDIDOS

Face ao exposto, requer:

- a) A peça recursal da recorrente seja conhecida para, **no mérito, ser DEFERIDA INTEGRALMENTE**, pelas razões e fundamentos expostos;
- b) Seja reformada a decisão do Ilmo. Pregoeiro, que declarou como vencedora a empresa **MTR2TECH SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**, conforme motivos consignados neste Recurso, anulando todos os atos praticados nas sessões dos dias 05 e 11 de outubro de 2023. Posteriormente, os autos deverão ser encaminhados ao Departamento de Licitações para adequação do edital, especificamente a cláusula que trata dos requisitos de qualificação técnica, conforme art. 30, I, II e §1º da Lei Federal nº 8.666/93, e, após, seja feita remessa ao pregoeiro para que sejam tomadas as providências cabíveis para retomada do certame;

11/21
log 11/02
S

CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
AV.DOM HÉLDER CÂMARA, N° 7.680 – ABOLIÇÃO
RIO DE JANEIRO – RJ.
CNPJ: 02.478.800/0001-48 Fone: 21-3296-6800



CHADA

COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

c) Caso entenda por manter sua decisão, REQUEREMOS que, com fulcro no Art. 9º da Lei 10.520/2002 C/C Art. 109, III, § 4º, da Lei 8666/93, e no Princípio do Duplo Grau de Jurisdição, seja remetido o processo para apreciação por autoridade superior competente.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 2023.

Caique Molina Soares –Sócio Administrador
RG: 271385577DetranRJ | CPF: 167.788.767-27
Chada Comércio e Serviços LTDA

12/21
pg 12/12
4



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1819202469

NOME
CAIQUE MOLINA SOARES

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR / UF
271385577DETRANRJ

CNPJ
167.788.767-27

DATA NASCIMENTO
12/01/1996

FILIAÇÃO
CLOVIS JOSE SOARES
LUCIA MARIA MOLINA SOARES

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
06054840656

VALIDADE
09/05/2024

1ª HABILITAÇÃO
29/04/2014

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
RIO DE JANEIRO, RJ

DATA EMISSÃO
13/05/2019

ASSINATURA DO EMISSOR

45882420889
RJ928996328

RIO DE JANEIRO

PROIBIDO PLASTIFICAR
1819202469

33º Office de Notas da Capital
Av. Cesário de Mello, nº 2855 - Loja A - Campo Grande/RJ - Tel.: (21) 2412-1371

Ana Lúcia Maraga Watzl - Tabeliã

AUTENTICAÇÃO

Certifico e dou fé que a presente cópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado como sendo o original.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 2023. Valor: R\$ 12,94

Em test. _____ da verdade. Conf. por _____

ANTONIO PERES GUIMARÃES
Valor: R\$ R\$ 12,94
Selo: EEPL12385-AOW - Consulte em
<http://www.trijus.br/Portal-Extrajudicial/consultaselo/>
www.33oficiodenotas.com.br

157875 AC541224

13/21



00-2023/016212-6

JUCERJA

Último arquivamento:
00004953030 - 15/06/2022

NIRE: 33.2.0597165-0

CHADA COMERCIO E SERVICOS LTDA

Boleto(s):

Hash: F256EBE0-71E0-4CCA-8909-D9AC8B5C17A1

Orgão	Calculado	Pago
Junta	488,00	488,00
DNRC	0,00	0,00

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0597165-0

Tipo Juridico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Normal

Nome

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

CHADA COMERCIO E SERVICOS LTDA

Código Ato

Eventos

002

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR LUIZ CARLOS FREITAS MARTINS SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 06/01/2023 e arquivado em 09/01/2023

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

8

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CHADA COMERCIO E SERVICOS LTDA

NIRE: 332.0597165-0 Protocolo: 00-2023/016212-6 Data do protocolo: 06/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/01/2023 SOB O NÚMERO 00005253083 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3A3BAF972A41DD50FA6176555271C55FBC804916CF43C7ED741F14239826041E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 1/8

11/4/21



Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0597165-0

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Normal

Nº do Protocolo

00-2023/016212-6

06/01/2023 17:22:08

JUCERJA

Último arquivamento:

00004953030 - 15/06/2022

NIRE: 33.2.0597165-0

CHADA COMERCIO E SERVICOS LTDA

Boleto(s): 104252998, 104259271

Hash: F256EBE0-71E0-4CCA-8909-D9AC8B5C17A1

Orgão	Calculado	Pago
Junta	488,00	488,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

CHADA COMERCIO E SERVICOS LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código
do Ato

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

Requerente

Rio de Janeiro

Local

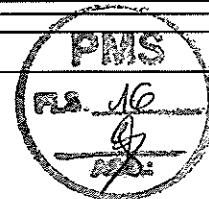
06/01/2023

Data

Nome:	Denize Cortes
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2135550140
E-mail:	denizecortes@cescontabilidade.rio.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	06/01/2023
Data da 1ª entrada:	



00-2023/016212-6



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CHADA COMERCIO E SERVICOS LTDA

NIRE: 33.2.0597165-0 Protocolo: 00-2023/016212-6 Data do protocolo: 06/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/01/2023 SOB O NÚMERO 00005253083 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3A3BAF972A41DD50FA6176555271C55FBC804916CF43C7ED741F14239826041E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 2/8

15/21



**10ª ALTERAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**

CAIQUE MOLINA SOARES, brasileiro, natural do Rio de Janeiro, solteiro, nascido em 12/01/1996, portador da carteira de identidade de nº 27.138.557-7 expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 167.788.767-27, residente e domiciliado na Av. Malibu nº 45 Bl 1 apt 1603 GR 1 – Barra da Tijuca – CEP: 22793-295 -Rio de Janeiro/RJ.

GUSTAVO MOLINA SOARES, brasileiro, natural do Rio de Janeiro, solteiro, nascido em 24/08/2002, portador da Carteira de Identidade de nº 33856003-0 expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 199.682.867-37, residente e domiciliado na Av. Malibu nº 45 Bl 1 apt 1603 GR 1 – Barra da Tijuca – CEP: 22.793-295 - Rio de Janeiro/RJ;

Únicos sócios, componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta capital sob a denominação social de “**CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**”, cujo nome fantasia é **XSCAN SERVIÇOS TECNOLÓGICOS** com sua sede à **AVENIDA DOM HELDER CAMERA, Nº 7680 – ABOLIÇÃO – RIO DE JANEIRO – CEP: 20.755-183 - RJ**, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.478.800/0001-48, cujo contrato social foi registrado e arquivado na JUCERJA sob nº. 3320597165-0 em 18/03/1998 resolvem assim reformular o contrato social, sob as cláusulas e condições abaixo:

1 - Está sendo admitida na sociedade, o Sr^a **LUCIA MARIA MOLINA SOARES**, brasileira, natural do Rio de Janeiro, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida em 17/11/1967, portadora da Carteira de Identidade de nº 072839699 expedida pelo IFP/RJ, e inscrita no CPF sob o nº 002.603.547-24, residente e domiciliada na Av. Malibu nº 45 Bl 1 apt 1603 GR 1 – Barra da Tijuca – CEP: 22.793-295 - Rio de Janeiro/RJ;

2 – O sócio **GUSTAVO MOLINA SOARES**, já qualificado anteriormente, cede e transfere de forma onerosa 50.000 (cinquenta mil) quotas de 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), subscrita e realizadas em moedas correntes do país, para a sócia ingressante **LUCIA MARIA MOLINA SOARES**, aqui já qualificada, pelo que cedente confere ao cessionário plena, rasa e irrevogável quitação em juízo ou fora dele;

3– O capital social fica alterado de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), através de recursos próprios.

4 – Em virtude das alterações acima, consolida-se **CONTRATO SOCIAL** com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL

CAIQUE MOLINA SOARES, brasileiro, natural do Rio de Janeiro, solteiro, nascido em 12/01/1996, portador da carteira de identidade de nº 27.138.557-7 expedida pelo DETRAN/RJ, e inscrito no CPF sob o nº 167.788.767-27, residente e domiciliado na Av. Malibu nº 45 Bl 1 apt 1603 GR 1 – Barra da Tijuca – CEP: 22793-295 -Rio de Janeiro/RJ.

LUCIA MARIA MOLINA SOARES, brasileira, natural do Rio de Janeiro, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, nascida em 17/11/1967, portadora da Carteira de Identidade de nº 072839699 expedida pelo IFP/RJ, e inscrita no CPF sob o nº 002.603.547-24, residente e domiciliada na Av. Malibu nº 45 Bl 1 apt 1603 GR 1 – Barra da Tijuca – CEP: 22.793-295 - Rio de Janeiro/RJ.

C & S SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA
AVN. MARECHAL FONTENELLE, 4.171- TEL. 2493-3656/99144-4849
contabil@cescontabilidade.rio.br

1

16/21

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CHADA COMERCIO E SERVICOS LTDA

NIRE: 332.0597165-0 Protocolo: 00-2023/016212-6 Data do protocolo: 06/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/01/2023 SOB O NÚMERO 00005253083 e demais constantes do termo de autenticação.

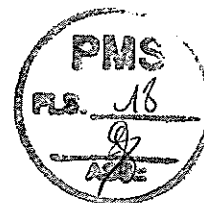
Autenticação: 3A3BAF972A41DD50FA6176555271C55FBC804916CF43C7ED741F14239826041E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA
Assessoria de Registro

Pag. 3/8



1ª DENOMINAÇÃO SOCIAL, NOME FANTASIA E SEDE:

A sociedade que gira sob a denominação social de "CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA", cujo nome fantasia é XSCAN SERVIÇOS TECNOLÓGICOS e com sua sede à AVENIDA DOM HELDER CAMERA, Nº 7680 – ABOLIÇÃO – RIO DE JANEIRO – CEP: 20.751-014 - RJ

2ª OBJETIVO SOCIAL:

A sociedade tem por objetivo social o comércio varejista de equipamentos para escritório; comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática; fotocópias; reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e domésticos; serviços de microfilmagem; tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; Manutenção e reparação de máquinas de escrever; calcular e de outros equipamentos não eletrônico para escritório; comércios varejistas de artigos de papelaria; Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis; Desenvolvimento de programa de computador sob encomenda; Consultoria em tecnologia da informação; aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios; Suporte técnico, manutenção; Outros serviços em tecnologia da informação; Serviços de comunicação multimídia – SCM e Outras atividades de telecomunicações não especificadas anteriormente.

3ª CAPITAL SOCIAL:

O capital social é de R\$ 1000.000,00 (um milhão de reais), divididos em 1000.000 (um milhão) quotas de R\$ 1,00 (um real), cada uma totalmente subscritas e integralizadas neste ato, em moeda corrente do país, e fica assim distribuído:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR
CAIQUE MOLINA SOARES	900.000 90%	R\$ 900.000,00
LUCIA MARIA MOLINA SOARES	100.000 10%	R\$ 100.000,00
TOTAL	1000.000 100%	R\$ 1000.000,00

4ª RESPONSABILIDADE DO SÓCIO:

A responsabilidade da empresa caberá aos sócios CAIQUE MOLINA SOARES e LUCIA MARIA MOLINA SOARES que é restrita ao valor de suas quotas, não havendo responsabilidade solidária pelas obrigações sociais, respondendo, no entanto, pela integralização do capital social.

Parágrafo Único- Sobre as quotas acima, pesa a cláusula restritiva de incomunicabilidade e impenhorabilidade.

5ª PRAZO DE DURAÇÃO:

A empresa tem como início de suas atividades a data de 18 de Março de 1998, e o seu prazo de duração é por tempo indeterminado, podendo ser dissolvido por vontade expressa dos sócios.

6ª ADMINISTRAÇÃO:

A administração da sociedade caberá ao sócio CAIQUE MOLINA SOARES e LUCIA MARIA MOLINA SOARES, juntos ou separadamente, com os poderes e atribuições de todos os atos administrativos e na representação perante terceiros, inclusive junto as instituições,

C & S SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA

AVN. MARECHAL FONTENELLE, 4.171- TEL. 2493-3056/991444249
contabil@cescontabilidade.rio.br

17/21

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CHADA COMERCIO E SERVICOS LTDA

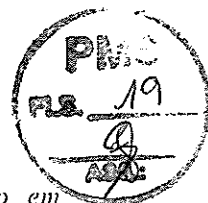
NIRE: 332.0597165-0 Protocolo: 00-2023/016212-6 Data do protocolo: 06/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/01/2023 SOB O NÚMERO 00005253083 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3A3BAF972A41DD50FA6176555271C55FBC804916CF43C7ED741F14239826041E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





financeiras, ficando desde já autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio. Os sócios ficam desde já dispensados de prestarem caução a sociedade.

7ª RETIRADO PRÓ-LABORE:

Os sócios farão jus a uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

8ª O USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL:

O uso da denominação social será feita pelos sócios **CAIQUE MOLINA SOARES** e **LUCIA MARIA MOLINA SOARES**, e somente será legítimo o seu uso para fins estritamente da sociedade, ficando desde já vedado seu uso em papéis estranhos aos interesses sociais, tais como avais, fianças, endossos ou qualquer outro tipo de compromisso de favor alheio aos interesses da sociedade.

9ª DO BALANÇO:

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de Dezembro de cada ano, e ao término de cada exercício serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas legalmente.

A parcela dos lucros ou dividendos que exceder ao valor da base de cálculo do imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições a que estiver sujeita a pessoa jurídica, também poderá ser distribuída, mensal, bimestral, trimestral, ou semestral, sem a incidência do imposto, desde que a empresa demonstre, através de escrituração contábil feita com observância da legislação comercial, que o lucro efetivo é maior que o determinado segundo as normas para apuração da base de cálculo do imposto pela qual houver optado.

Parágrafo Primeiro – A sociedade deliberará a respeito da distribuição dos resultados, proporcional ou desproporcional aos percentuais de participação do quadro societário, segundo autoriza o artigo 1007 da Lei nº 10.406/2002.

Parágrafo Segundo – Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, mensal, bimestral, trimestral, ou semestral com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1059 da Lei nº 10.406/2002

10ª CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS:

As quotas são indivisíveis, nenhum dos sócios poderá ceder ou transferir suas quotas de capital, no todo ou parte, sem prévio conhecimento do sócio remanescente, que terá sempre preferência na aquisição, dessas cotas sendo, que o sócio que desejar se retirar da sociedade, cedendo ou transferindo suas quotas, deverá manifestar-se por escrito com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência, para que possa gozar do direito de preferência.

11ª DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE:

A Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa do sócio único, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da Sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do titular.

C & S SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA
AV. MARECHAL FONTENELLE, 4.171 - TEL. 2493-3656/99144-4249
contabil@cescontabilidade.rio.br

3

18/21

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CHADA COMERCIO E SERVICOS LTDA

NIRE: 332.0597165-0 Protocolo: 00-2023/016212-6 Data do protocolo: 06/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/01/2023 SOB O NÚMERO 00005253083 e demais constantes do termo de autenticação.

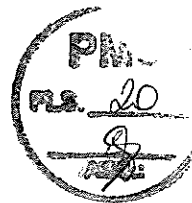
Autenticação: 3A3BAF972A41DD50FA6176555271C55FBC804916CF43C7ED741F14239826041E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCE RJ
Estado do Rio de Janeiro

Pag. 5/8



12ª DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:

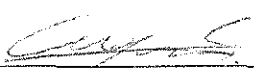
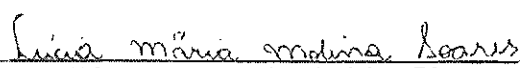
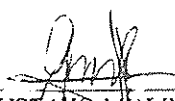
O sócio administrador declara sob as penas da lei, não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer a administração da sociedade em virtude de condenação criminal, nem está sendo processado nem condenado em crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo e a fé pública ou a propriedade.

13ª FÔRO:

Fica eleito o Foro do Rio de Janeiro – RJ para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento particular de contrato social em 01 (Uma) via, que surta os efeitos legais, devendo o mesmo ser levado para os devidos registros e arquivamentos, de acordo com as normas em vigor.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2022.

33.º OFÍCIO/RJ
33.º OFÍCIO/RJ

CAIQUE MOLINA SOARES
Sócio Administrador

LUCIA MARIA MOLINA SOARES
Sócia Administradora
33.º OFÍCIO/RJ

GUSTAVO MOLINA SOARES
Sócio Cedente

CC & S SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA
AVN. MARECHAL FONTENELLE, 4.171- TEL. 2493-3656/99144-4549
contabil@cescontabilidade.rio.br

4

19/21

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CHADA COMERCIO E SERVICOS LTDA

NIRE: 332.0597165-0 Protocolo: 00-2023/016212-6 Data do protocolo: 06/01/2023

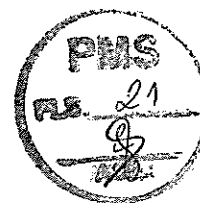
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/01/2023 SOB O NÚMERO 00005253083 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3A3BAF972A41DD50FA6176555271C55FBC804916CF43C7ED741F14239826041E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 6/8



33º Office de Notas da Capital Ana Lúcia Maraga Watzi - Tabelião
Av. Cesário de Mello, nº 2855 - Loja A - Campo Grande/RJ - Tel.: (21) 2412-1371

Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:
GUSTAVO MOLINA SOARES

Rio de Janeiro, 2 de Janeiro de 2023. Valor: R\$ 10,28

Em test. da verdade. Conf. por
ANTONIO PERES GUIMARÃES

Selo(s): EEJY58745-RMS

Consulte em https://www3.trf1.jus.br/república/ 157875

33º Office de Notas da Capital Ana Lúcia Maraga Watzi - Tabelião
Av. Cesário de Mello, nº 2855 - Loja A - Campo Grande/RJ - Tel.: (21) 2412-1371

Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:
CAIQUE MOLINA SOARES

Rio de Janeiro, 2 de Janeiro de 2023. Valor: R\$ 10,28

Em test. da verdade. Conf. por
ANTONIO PERES GUIMARÃES

Selo(s): EEJY58740-RXM

Consulte em https://www3.trf1.jus.br/república/ 157875

33º Office de Notas da Capital Ana Lúcia Maraga Watzi - Tabelião
Av. Cesário de Mello, nº 2855 - Loja A - Campo Grande/RJ - Tel.: (21) 2412-1371

Reconheço por AUTENTICIDADE a(s) firma(s) de:
LUCIA MARIA MOLINA SOARES

Rio de Janeiro, 2 de Janeiro de 2023. Valor: R\$ 10,28

Em test. da verdade. Conf. por
ANTONIO PERES GUIMARÃES

Selo(s): EEJY58739-RPD

Consulte em https://www3.trf1.jus.br/república/ 150875

20/21

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CHADA COMERCIO E SERVICOS LTDA

NIRE: 332.0597165-0 Protocolo: 00-2023/016212-6 Data do protocolo: 06/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/01/2023 SOB O NÚMERO 00005253083 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3A3BAF972A41DD50FA6176555271C55FBC804916CF43C7ED741F14239826041E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

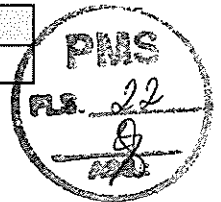




IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA CHADA COMERCIO E SERVICOS LTDA, NIRE 33.2.0597165-0,
PROTOCOLO 00-2023/016212-6, ARQUIVADO EM 09/01/2023, SOB O NÚMERO (S)
00005253083, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
791.745.317-00	DENIZE CORTES



09 de janeiro de 2023.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral

1/1

21/21

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CHADA COMERCIO E SERVICOS LTDA

NIRE: 33.2.0597165-0 Protocolo: 00-2023/016212-6 Data do protocolo: 06/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 09/01/2023 SOB O NÚMERO 00005253083 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3A3BAF972A41DD50FA6176555271C55FBC804916CF43C7ED741F14239826041E

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



Pag. 8/8

Assunto: **recurso**
De: Licitação Saquarema <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Para: <faturamento@mtr2tech.com>
Responder para <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Responder para <licitacao@saquarema.rj.gov.br>
Data: 19/10/2023 14:30



- RECURSO - 19323-23 - CHATA.pdf (~2.1 MB)

Prezados, boa tarde!

Segue anexo recurso administrativo apresentado pela empresa **CHADA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, para ciência e manifestação em contrarrazões, se for de vosso interesse.

Favor notificar o recebimento do mesmo. A confirmação do recebimento pode ser enviada por e-mail - licitacao@saquarema.rj.gov.br.

Agradecemos a compreensão.

Atenciosamente,

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Rua Coronel Madureira - 77 - CENTRO - SAQUAREMA/RJ
CEP: 28990-756
Tel.: (22) 2655 - 6400 R.215.
Nosso e-mail: licitacao@saquarema.rj.gov.br



RESPOSTA AO RECURSO INTERPOSTO

PROCESSO Nº 19323/23 DE 18/10/2023

PROCESSO DE ORIGEM Nº 12529/2023 – P.P. Nº 056/2023

DO: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PARA: CHADA COMERCIO E SERVIÇO LTDA.

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM LOCAÇÃO DE DISPOSITIVOS EDUCACIONAIS CHROMEBOOKS, CARRINHOS DE RECARGA E PAINEL INTERATIVO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA.

Trata-se de recurso administrativo, apresentado pela **CHADA COMERCIO E SERVIÇO LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 02.478.800/0001-48, contra a decisão do Pregoeiro de **HABILITAR A MTR2** no Pregão Presencial nº 056/2023, por considerar que houve violação ao princípio da legalidade, ausência de registro no CRT e possível inexecutabilidade dos preços praticados pela MTR2.

DA ADMISSIBILIDADE

Nós termos do **item 11 do Edital do Pregão Presencial nº 056/2023**. Declarado vencedor, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, cuja a síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso. **Item 11.2 do Edital**, o encaminhamento das razões e eventuais contrarrazões deverá ser feito por escrito, com a devida representação da sociedade empresária e protocolado na sede da Prefeitura Municipal de Saquarema, na Rua Coronel João Bravo Madureira, nº 77 – Centro -Saquarema – RJ ou encaminhado para o endereço eletrônico licitacao@saquarema.rj.gov.br, das 9:00h as 16:30 h, no horário oficial de Brasília-DF.

Com efeito, observa-se a tempestividade do pedido de recurso realizado pela empresa **CHADA COMERCIO E SERVIÇO LTDA.**, no dia 18/10/2023, via e-mail, encaminhado ao Pregoeiro. Neste sentido, reconhecemos o requerimento feito pelo peticionante ao edital de licitação, ao qual passamos apreciar o mérito e nos posicionar.



I - DA SOLICITAÇÃO

A recorrente motivou a intenção nos seguintes termos, aduzindo que: **Houve violação do princípio da legalidade, ausência de registro no CRT e possível inexecutabilidade dos preços praticados pela MTR2. Que a comissão de licitação habilitou indevidamente a MTR2. Que seja reformada a decisão do Pregoeiro que declarou como vencedora a MTR2TECH.**

II - DA APRECIÇÃO DO MÉRITO

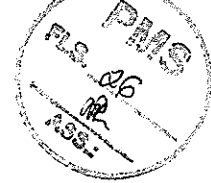
Em rasas linhas, o pregoeiro é o agente responsável pelo processamento da licitação na modalidade **Pregão**, atua desde a sessão de julgamento até o momento da adjudicação do objeto vencedor do certame.

Assim, de acordo com o panorama normativo que rege a matéria, a rigor, **cabe ao pregoeiro, atuar na fase externa do procedimento licitatório**, em especial: I - coordenar o processo licitatório; II - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pelo setor responsável pela sua elaboração; III - conduzir a sessão pública na internet; IV - verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no ...

1- EXIGÊNCIA DE REGISTRO NA ENTIDADE PROFISSIONAL COMPETENTE

Quanto ao questionamento da recorrente sobre a violação ao princípio da legalidade, quanto a **Qualificação Técnica**, desatender a Lei Federal nº 8666/93, art. 30, I – Registro relativo na entidade profissional competente e II – Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com objeto da licitação.....,

No caso de licitação, não é pertinente a exigência de inscrição no **Conselho Regional de Técnicos Industriais**, que envolvam prestações de serviços terceirizados, na medida em que atividade-fim destas empresas não se relacionam diretamente com ações privativas destes técnicos. Somente atividade principal exercidas pelas empresas participantes devem se submeter a fiscalização e ao controle do respectivo **CRT(s)**. As demais, consideradas secundárias, portanto, exercida no domínio de sua estrutura interna, pois o objeto desta licitação é locação de equipamentos, não estando inserida nas atividades típicas de



manutenção, o que poderá ser realizado por empresas terceirizadas. Ressalto que *“a jurisprudência do TCU se consolidou no sentido de que o registro ou inscrição na entidade profissional competente, para fins de comprovação de qualificação técnica, previsto no art. 30, inciso I, da Lei 866/93, deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação”*

Acórdão 2769/2014-Plenário, TC 005.550/2014-9, relator Ministro Bruno Dantas, 15/10/2014.

As Dúvidas acerca das Entidades Profissionais Competentes, com certeza continuaram e serão motivos para muitas Inabilitações, porém o TCU deixou bem claro qual é a linha de raciocínio, ou seja, *“deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação”*. Resta aos pregoeiros e as Comissões de licitação seguir as diretrizes do TCU e sempre optar pela atividade básica ou serviço preponderante.

Acórdão 1884/2015 – Plenário – 07/04/2015 – Relator: Ministro Bruno Dantas

A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, para fins de comprovação de qualificação técnica (art. 30, inciso I, da Lei 8.666/1993), deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação.

Acórdão 5283/2016 2ª Câmara – 10/05/2016 – Relator: Ministro Vital do Rêgo

A exigência de registro ou inscrição na entidade profissional competente, prevista no art. 30, inciso I, da **Lei 8.666/1993**, deve se limitar ao conselho que fiscalize a atividade básica ou o serviço preponderante da licitação.

2- COMPETITIVIDADE DO CERTAME E EVENTUAL INEXIQUIBILIDADE

Não há como tecer comentários sobre temas que antecedem a fase da data do certame. Não constitui incumbência obrigatória da CPL, do pregoeiro ou autoridade superior realizar ou analisar pesquisa de preços, vista a complexidade de vários objetos licitados, dos setores ou pessoas competentes envolvidas na aquisição. Não por outra razão, o Plenário do Tribunal de Contas da União concluiu no **Acórdão nº 2.389/2006**, que **“o pregoeiro não pode ser responsabilizado por possíveis irregularidade em edital de licitação, já que sua elaboração não se insere no rol de competências que lhe foram legalmente atribuídas”**.

3- EVENTUAL INEXIQUIBILIDADE

O DIZ A LEI 8666/93 SOBRE PREÇO INEXEQUIVEL
Art. 48 Serão desclassificadas:



I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação; II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso II deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis, **no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)**

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

b) valor orçado pela administração. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 2º Dos licitantes classificados na forma do parágrafo anterior cujo valor global da proposta for inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas "a" e "b", será exigida, para a assinatura do contrato, prestação de garantia adicional, dentre as modalidades previstas no § 1º do art. 56, igual a diferença entre o valor resultante do parágrafo anterior e o valor da correspondente proposta. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

CONCLUSÃO

Por todo o exposto, concluo que os argumentos trazidos a lume pela Recorrente em sua peça recursal se mostraram insuficientes para conduzir-me à reforma da decisão atacada.

Isto posto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, **CONHEÇO** do **RECURSO** apresentado pela empresa **CHADA COMERCIO E SERVIÇO LTDA.**, para, no **MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo a decisão inicial do **Pregão nº 056/2023**. Em respeito, encaminho a **Subsecretaria de Ciência Tecnologia e Inovação da Educação**.

Saquarema, 19 de outubro de 2023.

SÉRGIO MAGNO BRAVO MONTEIRO
PREGOEIRO - MAT. 961081

Sérgio Bravo
PREGOEIRO
MAT. 961081